

ENSAIOS BIBLIOGRÁFICOS

José Honório Rodrigues e a intuição de uma História do Brasil a partir do povo

Eduardo Hoornaert
Fortaleza — CE

Não se pode negar a contribuição do historiador José Honório Rodrigues para a técnica da historiografia brasileira nem desconhecer a enorme erudição da qual testemunham suas obras. Contudo, quer nos parecer que a mais importante contribuição dele para os estudos brasileiros se situa antes no plano da intuição. José Honório Rodrigues, num tom mais alusivo do que expositivo, mais sugestivo do que indicativo, e com uma insistência que vem crescendo com os anos, procura convencer seus leitores que a história do Brasil merece outro tratamento do que lhe é dado comumente e que uma “verdadeira” história do Brasil é possível. Na sua obra *Independência: Revolução e Contra-Revolução*, ele escreve com vigor:

“Já se escreveu que a história do Brasil cresceu num solo encharcado de sangue, e lembrei as palavras incisivas de Capistrano de Abreu, de que nosso povo foi sangrado e capado. Nunca é demais repetir uma verdade que tem sido ocultada ou obscurecida para fins políticos de dominação. Já se escreveu também, e creio que com toda razão, que a história do Brasil é em parte substancial a história da capitulação

do povo e do terrorismo oficial. Se a conciliação se realizou nas camadas dominantes minoritárias da sociedade, com proveitos mínimos para a maioria, ao longo do processo histórico, a rebeldia negra ou índia, mestiça ou popular foi sempre sufocada com a maior impiedade, e foi sempre um processo contínuo, permanente e não esporádico" (1).

Neste texto se encontram de maneira sumária algumas teses que o autor repete ao longo de suas publicações, de uma forma quase confidencial de diálogo com o leitor querendo levá-lo a meditar e refletir. Damos aqui algumas destas teses que nos parecem básicas para qualquer tratamento honesto da história do Brasil:

— A história do Brasil é uma história sangrenta:

"Desde as *'Aspirações Nacionais'* (1963) venho sustentando que a história do Brasil foi muito mais cruenta que a escrita e ensinada. Depois na *'Conciliação e Reforma'* (1965) voltei à tese, sem dar-lhe contudo a profundidade e o caráter monográfico que o tema exige. Na *'Rebeldia Negra e a Abolição'* (1970) focalizei o aspecto do tratamento da abolição da escravatura, ainda sem dar à questão o tratamento que o assunto comporta, e mesmo nesta historiografia (*História da História do Brasil*, 1975) não se tratará senão do aspecto historiográfico colonial" (2).

José Honório Rodrigues reconhece que foi a leitura de Capistrano de Abreu que fez com que percebesse até que ponto a produção de uma história cordial, conciliatória e harmonizadora do Brasil fugia à verdade dos fatos:

"Foi por ler Capistrano várias vezes que senti que a história do Brasil não era cordial, era cruel e cruenta, e que nenhuma revolução foi vitoriosa, mas só as contra-revoluções" (3).

— Uma segunda tese vigorosa que permeia a obra do historiador: A reação popular contra a dominação foi constante e não apenas esporádica:

Esta tese é retomada diversas vezes sob diversos ângulos:

Acontece que esta história, que parte do povo, não tem historiografia:

(1) — *Independência: Revolução e Contra-Revolução*, vol. 2, Rio, 1975, p. 124.

(2) — *História da História do Brasil*, vol. 1, São Paulo, 1979, p. 319.

(3) — *História Combatente*, Rio, 1982, p. 231.

“A tese principal que tenho procurado manter nos estudos esparsos sobre a matéria consiste em sustentar que houve um estado permanente e não esporádico de rebelião negra” (4).

“As várias formas de banditismo social, lutas de famílias com seus capangas, a assistência de régulos, nome geral com que na colônia se designavam os chefes de grupos armados que usavam a violência como instrumento de reivindicação, as rebeliões de colonos, formam um capítulo especial da historiografia” (5).

“As pequenas e menores insurreições negras, todos os anos, várias vezes por ano, deram à liberdade negra o caráter de uma conquista e não de uma doação, e ensagüentavam o solo político brasileiro” (6). “As guerras indígenas, sobretudo a chamada guerra dos Bárbaros (1683-1710) e as insurreições negras, em especial a guerra dos Palmares (1644-1694), várias e constantes, não possuem historiografia, pois nem índios nem negros escreveram a história de suas lutas contra a dominação branca, ocidental e colonial” (7).

— José Honório Rodrigues não hesita em desmitificar uma terceira ideologia, talvez a mais perniciosa por ser a mais insinuante, que afeta a historiografia brasileira: o mito da democracia racial. do Brasil-Encontro-pacífico-de-raças.

“A interpretação branca e racista da história brasileira ficou como a única, desde 1822 até hoje” (8).

“A raça era um fator importante que qualificava socialmente e os preconceitos raciais eram fortes empecilhos na escalada social. Pela política... o problema racial foi sendo temperado, restringido, moderado, porque a modéstia do povo, sua tolerância essencial e cristã-católica evitou o conflito racial quando pôde” (9).

— Finalmente uma quarta tese que vem sendo sustentada insistentemente pelo autor diz respeito à africanização do Brasil. No prefácio à segunda edição de seu livro “*Brasil e África: o outro horizonte*”, ele

(4) — *História da História*, vol. 1, p. 322.

(5) — *Ibidem*, p. 327.

(6) — *Ibidem*, p. 322.

(7) — *Ibidem*, p. 351.

(8) — *Independência: Revolução e Contra-Revolução*, vol. 2, p. 89.

(9) — *Ibidem*, pp. 13-14.

revela a verdade africana do Brasil. Desde o século 16 o Brasil foi africanizado, e é atualmente — com Haiti e Cuba — o mais africanizado dos países americanos. Com a chegada da corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808 aconteceu uma relativa desaficanização que se processou até os anos 1970 quando este processo estancou:

“Somos uma república mestiça, étnica e culturalmente; não somos europeus nem ‘latino-americanos’; fomos tupinizados, africanizados, orientalizados e ocidentalizados” (10).

Resumindo, José Honório Rodrigues vem colocando algumas das pedras angulares de toda e qualquer revisão da história do Brasil a partir do povo:

A história do Brasil sempre foi sangrenta;
A reação por parte dos oprimidos foi constante e não esporádica;
A historiografia desde 1822 até hoje foi racista;
O Brasil é um país africanizado.

Podemos compreender a articulação destas teses ao ler esta espécie de confissão que o autor faz na Apresentação de um de seus livros mais recentes: “*História Combatente*” (1982):

“Como no combate da Igreja, estou com os pobres, contra as injustiças sociais, as discriminações e por um governo no Brasil que realmente represente seu povo” (11).

Este compromisso e esta sensibilidade fizeram com que José Honório Rodrigues optasse decididamente entre dois mestres da historiografia brasileira: Varnhagen e Capistrano. Acerca de Varnhagen escreveu:

“O colonialismo português ainda não tinha sido desenraizado no país e já se estabelecia um colonialismo interno, de certas classes, de certos grupos sobre outros, uns bons outros maus, uns abençoados outros amaldiçoados. Varnhagen era expressão disso: sua ideologia conservadora, que exprime os conceitos da nova sociedade, significa liquidar, aniquilar a barbaria que deformava no estrangeiro a imagem bonita que a elite fizera de si mesma. Haveria assim, desde o começo, um país oficial ‘para inglês ver’, e um país real que se queria destruir a ferro e fogo” (12).

(10) — *Brasil e África: Outro Horizonte*, Rio, 1982, pp. 14-15.

(11) — *História Combatente*, p. 7.

(12) — *Independência: Revolução e Contra-Revolução*, vol. 2, p. 105.

Afastando-se do mestre da historiografia oficial José Honório Rodrigues opta, e com muita razão, pelo “historiador caboclo” Capistrano de Abreu, ao qual dedica no livro “História Combatente” páginas que constituem um progresso metodológico na historiografia brasileira, na nossa opinião (13). Capistrano, ao valorizar a história do sertão diante da história litorânea, estava na realidade inovando metódicamente, embora numa postura antes populista e nacionalista. José Honório, ao comparar a intuição de Capistrano com a do autor norte-americano Turner, revelou uma chave de interpretação de toda a história dos países invadidos pelos europeus a partir do século 16. Essa aproximação entre Capistrano e Turner é realmente muito sugestiva. Os “caminhos antigos” de Capistrano são as “fronteiras” de Turner, são os movimentos de expansão capitalista de Emmanuel Wallerstein, cuja idéia de avanço do sistema mundial sobre zonas externas ao sistema, convertendo-as em zonas periféricas, está na continuidade dos dois mestres anteriores (14).

Seja-nos permitido, nestas breves páginas e de maneira inteiramente provisória, com o único intuito de ativar um debate que já se iniciou com Martius em 1848 (15) e seguindo os trilhos abertos por Capistrano de Abreu e José Honório Rodrigues, avançar a idéia de que, de um ponto de vista estritamente popular, não é possível escrever uma história do Brasil, mas que o tratamento de diversas histórias, seguindo as peripécias da entrada do capitalismo nestas vastas terras, se impõe. Estas peripécias, ou para falar como os gregos — “períodos”, seriam possivelmente sete:

- O período litorâneo da cana do açúcar (1530 até hoje).
- O período sertanejo do gado e outros produtos (1600 até hoje).
- O período da Amazônia geo-política (1610-1759).
- O período mineiro (1700-1750, mais ou menos).
- O período paulista da caça ao índio (1614-1750 mais ou menos).
- O período do café de São Paulo (1850-1930) e do Paraná (1930-1960).
- O período novo da Amazônia dos grandes projetos econômicos (1970 em diante).

Acreditamos que seria oneroso para o leitor, já acostumado a leituras sobre os “ciclos” da história do Brasil, passar a explicitar as características dos diversos períodos. Por isso preferimos ir diretamente ao que queremos defender aqui: que a vida de cada brasileiro e brasileira está engajada num destes sete períodos ou “histórias”, expressões concretas que a invasão capitalista assumiu no Brasil.

(13) — *História Combatente*, pp. 226-232.

(14) — Wallerstein E., *The World System*, vol. 1, New York, 1974.

(15) — *Vida e História*, Rio, 1966, p. 151.

Fala-se muito hoje em capitalismo, mercantilismo capitalista nos três primeiros séculos, capitalismo industrial no século 19, neocolonialismo capitalista no século 20. Estamos de acordo com estas formulações e acreditamos que nunca se poderá bastante insistir neste quadro geral dentro do qual cada evento recebe racionalidade. Contudo, de um ponto de vista popular e orgânico, este quadro deve “concretizar-se”, assumir feições históricas reais e não permanecer como uma pura teoria que paira acima dos fatos. O capitalismo “fez” o Brasil de diversas formas: produziu as diversidades que marcam hoje a imensidade deste país. Os termos capitalismo, mercantilismo, colonialismo, imperialismo, cristandade, etc., são de tal forma teóricos que correm o risco de não significar mais nada de concreto pela repetição excessiva. Por isso pensamos que o tratamento regional se impõe na historiografia brasileira e que não se pode falar do sertão nordestino como se fala dos galpões gaúchos, ou do barroco mineiro como do modernismo urbano. A idéia de ciclo, período, fronteira, incorporação de zonas exteriores ao sistema capitalista vem utilmente concretizar a história do Brasil. É preciso não perder de vista, neste contexto, que o mecanismo desta incorporação nem sempre foi econômico. No caso da Amazônia anterior ao século 19, por exemplo, o mecanismo foi antes geo-político, ou, para usar um termo talvez ainda mais apropriado, decorrente da Segurança Nacional. A Amazônia interessava ao estado colonialista português sobretudo como fronteira de segurança diante dos concorrentes espanhóis, franceses, holandeses, ingleses. Pode-se dizer a mesma coisa acerca da região do Rio da Prata, no Sul. Nas demais regiões do Brasil o mecanismo de integração parece ter sido econômico: a cana de açúcar, o gado, as minas de ouro ou diamante, mais tarde o café, a borracha, os grandes projetos multinacionais.

Há evidentemente uma correlação entre estes períodos e a geografia brasileira no sentido que o espaço dito brasileiro só cedeu diante dos avanços do capitalismo segundo as possibilidades que a geografia oferecia: daí a importância de rios como por exemplo do rio São Francisco nos primeiros séculos, ou de serras de montanha como a serra do Ibiapada no atual estado do Ceará que formava a fronteira entre o Brasil e o Maranhão. Podemos afirmar que a maioria dos atuais estados da Federação foram formados por esta geografia da penetração capitalista, assim como as dioceses e as paróquias. Arrisca-se não perceber este elemento importante ao evocar o conceito unívoco “Brasil” ou, pior ainda, ao projetar a atual imagem do Brasil Grande sobre o passado. Não há pois, rigorosamente falando, uma história *do* Brasil, mas uma história das fronteiras da expansão capitalista e da resistência contra esta expansão.

O acento dado à regionalização da história do Brasil não nos pode induzir no esquecimento da grande diferença entre os três primeiros sé-

culos e os dois últimos, e que se deve a duas circunstâncias: a passagem entre a dependência mercantil e a dependência industrial, de um lado, e a passagem entre a ideologia do poder local e a ideologia da centralização ou da nacionalidade, do outro lado. Vejamos de mais perto ambas as circunstâncias. Segundo o autor argentino Tulio Halperin Donghi (16), a passagem entre o antigo pacto colonial na América Latina e os novos pactos coloniais se fez por uma “longa espera”. Pensamos que esta observação se aplica corretamente ao Brasil, e que a espera cobre praticamente o fim do século 18 e a primeira parte do século 19. Isso se verifica pela emergência de um fator da história do Brasil que normalmente fica obscurecido pela ação dos que manipulam a formação da opinião pública: os movimentos de resistência contra o sistema. A primeira parte do século 19 é caracterizada por numerosos movimentos de sedição, insurreição e rebelião por parte de negros, índios, mestiços, mulatos, pobres. O simbolismo religioso que aflora ao nível dos documentos da época normalmente está imerso no mundo do cotidiano popular não registrado e não valorizado. Em momentos de crise este simbolismo revela sua força de aglutinação social. Por isso o estudo da primeira parte do século 19 é importante para a releitura da história do Brasil. A partir de 1850, quando o novo pacto colonial, o do café, se consolida, o Brasil vem a ser atingido por dois importantes ciclos econômicos: o do café, primeiramente em torno de São Paulo (1850-1930) e em segundo lugar no Paraná (1930-1960), e o da Amazônia, primeiramente pelo ciclo violento e rápido da borracha (1890-1910) e atualmente pela exploração sempre mais sistemática da região amazônica em nome de companhias multinacionais. Uma outra circunstância que caracteriza a história do Brasil nos últimos dois séculos é de ordem ideológica. Impera desde o século 19 a ideologia da centralização, contrastando fortemente com a do poder local anterior. O “clã” familiar, patriarcal, ideologicamente “feudal” (como foi caracterizado) cede diante de poderosos movimentos de pensamentos provenientes da formação capitalista. Ao final do século 18 e início do século 19 um número crescente de brasileiros vão se formar na velha universidade de Coimbra, em Portugal, centro profissional do vasto império português da época. São os “bacharéis” que, ao voltar da Europa, impedem a dispersão política do Brasil após 1822. Já no ano 1824 duas novas faculdades se abrem no Brasil, ambas com currículo de Direito, uma em Olinda-Recife, a outra em São Paulo, que entregam ao país a partir de 1850 os primeiros bacharéis formados “in loco” mas igualmente impregnados da ideologia da centralização nacional contra o poder dos “coronéis” e antigos donos locais (17).

(16) — Donghi, T. N., *Histoire contemporaine de l'Amérique Latine*, Paris, 1972.

(17) — Pang. Eul-Soo, “The Mandarins in Brazil”, in *Comparative Studies in Society and History*, 1972, pp. 215-240.

Temos que observar pois uma cesura importante entre os cinco primeiros “períodos” da história do Brasil e os dois últimos. Mas isso não invalida a idéia de que necessita-se regionalizar e concretizar localmente a história do Brasil, sob pena de escrever uma história na qual o povo não reconhece sua história vivida e sofrida, único caminho para a sua libertação.